

UNIVERSIDADE TIRADENTES

SERVIÇO SOCIAL

ISI RAIANY NASCIMENTO SANTOS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II

ARACAJU
2017

ISI RAIANY NASCIMENTO SANTOS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II

Relatório apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof.^a Esp. Fernanda Silva Nascimento

ARACAJU
2017

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Disciplina: Estágio Supervisionado I

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof.^a Esp. Tatiana Ferreira dos Santos

Supervisora Acadêmica: Prof.^a Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Kátia Maria Araújo Souza

Carga horária: 200 horas

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome completo: Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS) da Universidade Tiradentes – UNIT

Horário de funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira, de 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00

Endereço completo: Av. Murilo Dantas, nº 300 Aracaju/SE

Fone: (79) 3218-2100

Disciplina: Estágio Supervisionado II

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof.^a Esp. Tatiana Ferreira dos Santos

Supervisora Acadêmica: Prof.^a Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Assistente Social Martha Ramos Moura

Carga horária: 200 horas

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome completo: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Horário de funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira, de 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00

Endereço completo: TV Tobias Barreto, S/N, Centro, Capela/SE

Fone: (79) 32631563

Os sonhos não determinam o lugar onde iremos chegar, mas produzem a força necessária para tirar-nos do lugar em que estamos.

(Augusto Cury)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus pelo dom da vida e por toda sabedoria e entendimento que me deste; que mesmo por ter passado por obstáculos aos quais enfrentei. O senhor me deu força e fé para levantar e poder seguir em frente, e hoje sou vencedora. Obrigada senhor por ter colocado pessoas tão maravilhosas que foram fundamentais para minha formação.

Aos meus pais por todo amor, carinho e dedicação, em Especial a minha Mãe meu porto seguro (Hildete) que nunca mediu esforços para que meus sonhos pudessem se tornar concretos por está sempre ao meu lado acreditando no meu potencial.

Ao meu Irmão José Anádson por toda a sua ajuda direta e indiretamente, por me apoia em todos os momentos, Te Adoro.

A todos os meus Familiares por está sempre na torcida pelo meu sucesso em especial as minhas tias, Neide e Eutalía (Em Memoria) sei que de onde estiverem sempre torcem por mim.

Ao meu noivo, amigo e grande companheiro, que sempre esteve presente durante todo esse tempo, me apoiando e não deixando desistir em nenhum momento, obrigada por tudo. Sem o seu carinho e atenção teria sido muito mais difícil.

A minha colega de estágio, Jany Cristina, pela grande força, e por levantar minha autoestima nos dias difícil, obrigada, que Deus te abençoe.

A professora Fernanda, orientadora de ensino, agradeço por todo aprendizado, dedicação e pelo incentivo na realização deste estágio.

A professora Kátia Maria, minha supervisora de campo pelo acolhimento e por sua supervisão dedicada, mostrando sempre seu acolhimento para melhor aprendizado. Mostrando muita atenção e disposição sempre, meu muito obrigado.

Enfim, agradeço a todos que ajudaram direta ou indiretamente para que eu pudesse realizar mais essa etapa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO	
2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio.....	08
2.2 Reconhecimento do espaço institucional.....	11
2.3 Serviço Social na Instituição.....	13
2.4 Diagnóstico.....	14
3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL	
3.1 Abrangência do projeto.....	18
3.2 Resumo.....	21
3.3 Participantes.....	21
3.4 Justificativa.....	21
3.5 Objetivos.....	22
3.5.1 Objetivo Geral.....	22
3.5.2 Objetivos Específicos.....	22
3.6 Metodologia.....	22
3.7 Equipe de Trabalho.....	24
3.8 Divulgação do Projeto.....	24
3.9 Interação do Projeto com outras Políticas Públicas.....	24
3.10 Orçamento.....	25
3.11 Avaliação.....	25
4. SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	26
5. ANÁLISE E SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA.....	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
APÊNDICE.....	30
ANEXOS.....	35

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório, objetiva mostrar a importância do período vivencial do estágio supervisionado I e II para a formação profissional, bem como registros da experiência em campo, atrelando teoria à prática, ambas indissociáveis, com perspectiva de servir como base para todos os alunos que passarão por essa experiência.

Foram realizados, levantados bibliográficos, observação, questionamentos, troca de saberes, indagações e reflexões para uma futura intervenção.

O relatório está dividido da seguinte forma: o primeiro momento há relatos das “expressões da Questão Social e a política objeto de estágio”, nele está contido a história da educação no Brasil.

Por conseguinte, faz relevância ao “Reconhecimento do espaço institucional”, onde a autora realizou coleta de dados sobre o histórico da Universidade Tiradentes instituição privada brasileira de ensino Superior, e do Núcleo de apoio pedagógico e psicossocial (NAPPS) situado no segundo piso da Biblioteca central da Universidade Tiradentes, campus Farolândia.

Em continuidade descreve sobre “Serviço Social na Instituição” e o importante papel do Assistente Social em relação ao acompanhamento dos usuários, e aos estagiários, enfatizando o seu comprometimento ético-político com a profissão.

Posteriormente foi realizado o “Diagnóstico”, contendo informações a respeito do bairro Farolandia relatando a origem, dados geográficos e demográficos, indicadores sociais e principais problemas do bairro, onde localiza o Núcleo de apoio pedagógico e psicossocial (NAPPS) onde foi realizado o estágio I.

No segundo momento, o relatório descreve os relatos do estágio II, realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) neste contexto foram detectadas problemáticas, onde os aspectos descritos motivaram a escolha da Proposta de Intervenção Social, e elaboração do projeto de intervenção, Sistemática de Operacionalização, Análise e síntese da experiência vivenciada.

Por fim, conclui-se que o objetivo do estágio supervisionado foi alcançado, porque oportunizou aprendizagem, troca de experiência vivenciada e desenvolvimento intelectual da autora, de forma contínua, que será perpetuado na sua prática profissional em Serviço Social.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio

O item identifica o contexto da história da educação no Brasil, com relatos de avanços e retrocessos, na busca de uma educação mais inclusiva, desde período colonial até os dias atuais, com enfoque na Lei de Diretrizes e Base da Educação a partir da constituição federal de 88.

A educação coincidiu com a própria existência humana e suas origens se confundem com a origem do próprio homem. Estudar a educação é também compreender que a escola, como instituição, muitas vezes, não tem poder de modificar o que está estabelecido à estrutura social. A história da educação no Brasil começa em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, inaugurando uma fase que haveria de deixar marcas profundas na cultura e civilização do país, durante mais de 200 anos, os jesuítas foram praticamente os únicos educadores do Brasil.

Embora tivessem fundado inúmeras escolas de ler, contar e escrever, a prioridade dos jesuítas foi sempre a escola secundária grau do ensino onde eles organizaram uma rede de colégios de reconhecida qualidade, alguns dos quais chegaram mesmo a oferecer modalidades de estudos equivalentes ao nível superior. A Constituição Federal de 1946 ao definir a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas e ao determinar à união a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, abria a possibilidade da organização e instalação de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização da educação pela via da universalização da escola básica.

Segundo, Dermival (2011, p.45):

A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, iniciada em 1947 era o caminho para realizar a possibilidade aberta pela Constituição de 1946. Entretanto, passados 13 anos, a lei aprovada em 20 de Dezembro de 1961 não correspondeu àquela expectativa. Aprovação da LDB/61 ocorreu um admirável movimento em defesa da escola pública universal e gratuita os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, com diminuição da centralização do MEC.

A educação no Brasil se viu diante de uma nova Legislação de Diretrizes e Base (LDB), em 1971 o ensino passou a ser obrigatório, dos 7 aos 14 anos de idade.

Segundo o art. 205 da Constituição Federal de 05 de outubro 1988, afirma que, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a

colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (SENADO FEDERAL, 2016, p.1)

A educação abrange os processos educativos que se desenvolvem na convivência humana, na vida familiar no trabalho, nas instituições de ensino, de educação infantil, de formação profissional, de pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, no esporte, no lazer, nas manifestações culturais e no contato com os meios de comunicação social.

O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial. (BRASIL ESCOLA, 2016, p.01)

Em meados dos anos 80, surgiu a importância da educação inclusiva era um modelo velho que se dava em forma de inserção social um conceito de educação insatisfatória para o público com deficiência. Mas, buscava torná-lo apta, para satisfazer as necessidades dos padrões do meio social daquela época, porém a realidade dos deficientes era bastante escondida, porque a sociedade e os órgãos competentes achavam que os mesmos não tinham utilidades e competência, todavia, ainda se falavam pouco da importância de planejar e desenvolver trabalhos educativos para a educação de inclusão social. Já nos anos 90, ocorre um desenvolvimento, considerando o marco. Em que seu foco principal era moldar a sociedade para capacitá-las a receber e também acolher todas as pessoas com deficiências sem nenhum preconceito, pois algumas leis foram estabelecidas, inclusive na Constituição Federal de 1988, que diz o seguinte: a educação é um direito de todos e ressalta no art. 208, Cap. III- “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

Segundo o Ministério da Educação (MEC), A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma no:

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;

- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Em 2003, foi implementado pelo Ministério da Educação (MEC) o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializada públicos ou conveniado.

2.2 Reconhecimento do espaço institucional

A Universidade Tiradentes (UNIT) é uma instituição privada brasileira de ensino Superior fundada em 1962, com unidades presenciais nos municípios de Aracaju, Itabaiana, Propriá, Simão Dias e Estância. O grupo recentemente ganhou também uma sede no estado de Alagoas nas cidades de Maceió e Arapiraca. Sendo a segunda maior instituição de ensino superior particular do nordeste, a universidade é o resultado de um projeto que deu início em março de 1962, com a fundação do colégio Tiradentes, no centro da capital oferecia os cursos de primeiro e segundo grau, profissionalizantes-pedagógico e contabilidade. Assim o colégio Tiradentes deu lugar as faculdades integradas Tiradentes. O primeiro campus da Unit foi instalado no centro de Aracaju, em uma área de 17 mil metros quadrados. Hoje, sua estrutura abriga o modelo teatro Tiradentes e a clinica de odontológica.

A UNIT surgiu com o objetivo de promover a educação de excelência para todos da região. Além dos campus presenciais em Sergipe e em cidades como Alagoas, Bahia e Rio Grande do norte possui também o ensino a distância, agregando alunos e levando o conhecimento as pessoas que buscam estudar, mas precisam estar longe das instituições. Com coragem, determinação, e principalmente empreendedorismo, Jouberto Uchôa de Mendonça e Amélia Uchôa conseguiram construir uma trajetória com grande êxito na história da Educação em Sergipe.

Hoje a UNIT possui destaque nacional e internacional, é referencia de ensino e umas das melhores universidades do nordeste. Essa instituição de ensino superior é fruto da obstinação do professor Jouberto Uchôa de Mendonça que vislumbrou a construção da universidade Tiradentes na década de 1990. Com o reconhecimento da Unit em 1994, foi inaugurada nesse mesmo ano a cidade universitária professor Jouberto Uchôa de Mendonça, atual campus Aracaju Farolândia, que passou a sediar cursos de graduação, bem como atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas em salas de aula e laboratórios de ultima geração. Assim é a universidade Tiradentes acolhendo-os e auxiliando durante o incessante processo de construção do conhecimento e formando cidadãos cada vez mais críticos, reflexivos e capazes de construir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O objetivo da Universidade Tiradentes é promover educação de excelência qualidade

para todos da região. Está sempre preocupada em oferecer aos seus alunos o que há de melhor e mais moderno em educação. Desenvolver a sociedade por meio de serviço de qualidade relacionados à educação.

A Unit sendo uma universidade em destaque com reconhecimento Nacional como uma organização comprometida com o desenvolvimento da educação tem também alguns serviços prestados pela instituição, alguns deles são: o Centro de atendimento, estudos e pesquisas em serviço social (CAEPSS), a Clínica de Psicologia e a Clínica de Odontologia e o Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPPS), que desenvolve trabalho de apoio e orientações aos alunos, professores e funcionários da Instituição.

O Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS) surgiu em três de maio de 1996, com um grupo de professores do curso de serviço social e psicologia da Universidade Tiradentes, a equipe era composta por duas psicólogas (Ana Oliveira Freire Sotero de Menezes e Gláide Selma M. Schapke) e duas Assistentes Sociais (Cândida Margarida de Oliveira Matos e Maria de Guadalupe Alves de Oliveira), elaboraram o projeto de criação do Núcleo de Atendimento psicossocial (NAPS), que tinha como objetivo: prestar assessoria psicossocial ao trabalho jurídico já desenvolvido pela instituição; trabalhar conflitos nas relações professor-aluno, professor-professor, professor-instituição, prestar serviços à comunidade no sentido de orientação vocacional; diminuir as dificuldades no processo ensino-aprendizagem e atender de forma terapêutica a superação de crise. Assim que o projeto foi aprovado pela reitoria, o NAPS passou a funcionar em um espaço cedido pela Universidade, no Mini Shopping.

Hoje a equipe de profissionais, que compõe o NAPPS é composta pela assistente social e coordenadora Kátia Maria Araújo, o psicopedagogo padre Fernando e a psicóloga Ana Olívia Sotero, além dos secretários que fazem todo um processo de organização dos atendimentos.

O objetivo do NAPPS é atender alunos, professores e funcionários que necessitarem de qualquer tipo de apoio e orientação pessoal, de forma adequada e específica: psicológica, orientação vocacional, atividades de reforço e outros, visando um melhor desempenho no processo de ensino/aprendizagem. Sua estrutura conta com coordenador, secretário e professores para atendimento, sendo que está permanentemente integrado com os demais serviços disponibilizados pela universidade e com os programas da pró Reitoria de assuntos comunitários e Extensão- (PAACE).

Entre os usuários que procuram pelos serviços do NAPPS estão: alunos com deficiência seja ela, física, visual ou auditiva; alunos com dificuldade de aprendizagem como, dislexia, discalculia e até problemas mentais; além de alunos, professores e colaboradores que possuam

algum tipo de conflito pessoal e necessitam de orientação.

2.3 Serviço Social na Instituição

O serviço social no NAPPS tem importante papel em relação ao acompanhamento dos usuários, como também aos estagiários. Tem ações que são definidas em duas áreas: gestão e específicas: na gestão, acompanha as tutorias, com a disponibilização dos espaços e análise dos atendimentos, acompanhamento das monitorias, através de folha de frequência e avaliação dos atendimentos pedagógicos e psicossociais, participação de reuniões sistemáticas com a diretoria de graduação de forma a manter um fluxo de informação de relatório mensal e semestral; Já na área específica, o serviço social trabalha na triagem com atendimento ao aluno que procura apoio pedagógico e psicológico. Realiza ainda o levantamento dos alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizado.

A atuação do Serviço Social do NAPPS fundamenta-se nas seguintes atribuições: planeja e executa políticas públicas e programas sociais voltados para o bem estar coletivo e para a integração do indivíduo na sociedade. É notável que para executar qualquer tipo de intervenção, torna-se indispensável que a profissional utilize diferentes instrumentos para exercer sua ação. A partir daí, o assistente social busca transformar a natureza da realidade social apresentando, pois adquire novos conhecimentos, produzindo sua objetivação.

A universidade Tiradentes visa contribuir para a melhoria do desenvolvimento da mesma, promove alguns projetos de extensão: os projetos de consciência negra curso de inclusão digital para idosos no interior do estado deram início em 2010 depois que o CAEPSS de Estância foi aberto oficialmente, o projeto programa de Assistência integral á melhor idade (PAIMI) que também está interligado ao curso de serviço social da Unit, sendo instituído em 1997.

O objetivo é a contribuição para a construção de uma ordem social, política e econômica menos desigual, reconhecendo nas dificuldades da realidade social os limites e as possibilidades do trabalho profissional.

Os profissionais do serviço social do NAPPS tem o livre exercício das atividades inerentes à profissão, trazendo para os estagiários a experiência de exercício profissional além da participação na elaboração de projetos e gerenciamento das políticas sociais.

É relevante informar sobre o comprometimento ético-político da Assistente profissional, detectando tamanha competência na articulação técnica operativa nas intervenções inerentes às demandas sociais, mantendo vínculo de confiança com a família,

passo muito importante para adesão do usuário, conforme previsto no artigo.

2.4 Diagnóstico

O presente diagnóstico contém informações a respeito do Bairro Farolândia da cidade de Aracaju do estado de Sergipe, tais como: um breve histórico da cidade e origem deste bairro, dados geográficos e demográficos, indicadores sociais como: saúde, educação e assistência, os serviços públicos transportes e segurança, a economia que vai desde as atividades não agrícolas, cooperativas até associação de produção e principais problemáticas do bairro.

Esses dados se basearam inicialmente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), posteriormente em sites que complementaram a pesquisa serão mencionadas nas referências e no texto.

De acordo com a historicidade, alguns pontos de extrema importância foram mencionados no decorrer deste diagnóstico voltado a origem da cidade, delimitando-se na caracterização do bairro a ser estudado.

De acordo com o mapa mundial oficial, a cidade de Aracaju/SE, há 39 bairros entre eles destacaremos o bairro Farolândia, em que se localiza o Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS) da Universidade Tiradentes (UNIT), local onde ocorreu o estágio curricular da estagiária.

Nascido em meados da década de 60, o bairro Farolândia nem de longe lembra aquela pequena comunidade formada por José Domingues Fontes e seus vizinhos. A localidade, que possui hoje 38.257 (IBGE 2010), habitantes, é conhecida pela grande valorização dos seus imóveis e considerada pela comunidade como 'muito acessível', por contar com uma infinidade de serviços à disposição de todos. O bairro faz parte ainda das novas áreas aracajuanas de classe nobre da capital e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o valor do rendimento nominal médio mensal das famílias é de R\$ 3.141,78. O Conjunto Augusto Franco, um dos mais populosos da capital, integra a área.

A demografia do bairro em estudo adentra na demografia do município a qual este bairro está inserido. Seu clima é úmido, com período chuvoso de março a agosto. A temperatura média anual é de 26°C e precipitação média anual de 1 590 milímetros. Os meses mais quentes de Aracaju são: janeiro, fevereiro e março com temperatura de 27°C, sendo q a média das máximas e de 29°C e a das mínimas são 24°C. Já os mais frios são julho e agosto, com temperatura média de 24°C, a medias das máximas não supera 27°C, e a noite a temperatura cai pra 21°C. Porém, pode acontecer de a temperatura ficar mais quente no

inverno e mais fria no verão. Na formação vegetal predomina se área de manguezal onde; Ou seja, o solo da cidade era praticamente composto por areia e zonas estuarinas e uma área de manguezal, constantemente inundada. Além de mangues, também são consideradas áreas de preservação ambiental algumas restingas e o Morro do Urubu, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica. Os recursos hídricos são prioritariamente o abastecimento de água que é feito a partir do rio Poxim, que corta a cidade, e deságua no rio Sergipe, possui também a adutora do Rio São Francisco existindo ainda o Rio do Sal.

Essas informações demográficas contemplam toda a capital, onde o meio ambiente oferece a vasta beleza natural, porém esta não está sendo preservadas, como esses dados são da cidade de Aracaju, estes por sua vez abrangem o bairro Farolândia, por fazer parte deste município.

De acordo com o instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o bairro Farolandia possui o quantitativo total populacional da região correspondente é de 54,71% mulheres e 45.29% homens sua faixa etária, agrupando de 0 a 4, anos 0 a 14 anos e de 15 a 65 anos, esse publico é misto, estão divididos gradativamente em toda extensão território do bairro.

A saúde na cidade é administrada pela Secretaria Municipal de Saúde, que planeja e executa as ações na área, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Existem quatro estabelecimentos de saúde pública com internação e dezesseis estabelecimentos de saúde privados. São 2491 leitos, sendo 2053 disponíveis ao Sistema Único de Saúde (SUS).A cidade conta com 43 unidades de saúde da família do PSF. Dentre estes o Bairro Farolandia dispõe de uma Unidade de Saúde– Augusto Franco, localizado em RUA H 5, S/N, CEMAR- Rua Maria Nazareth Barros Santos, s/n, Augusto Franco, Farolândia, Hospital Municipal Zona Sul Des Fernando Franco, Avenida Tarcísio Daniel, Farolândia. De modo geral, o bairro está bem favorecido de ambientes hospitalares, principalmente pela localização, no entanto esses estão superlotados, não só porque atende toda população aracajuana, mais devido ao alto índice de epidemias de dengue, zika vírus e shicungunya.

Tendo como base a (secretaria estadual de educação) SEED, a educação no município é regida pela prefeitura municipal de Aracaju, que executa políticas educacionais, através da secretaria municipal da educação.

Conforme informações no site pesquisado o bairro Farolândia, oferece quatorze unidades de ensino à educação dentre elas: particulares, pública e uma ensino superiores, respectivamente são elas: Colégio Santa FE LTDA, Escola central Park, Colégio Esplendor

LTDA, Colégio Cea LTDA, Colégio Lavoisier, PRÉ Escola Creche Neuzice Barreto, Emeia Antônio Valença Rollemberg, Centro Social Nossa Senhora Aparecida, Colégio Estadual Professora Ofenisia Soares Freire, Escola São Lourenço, Escola Estadual Dra. Maria do Carmo Alves, Colégio Estadual Minis Petrônio Portela, Escola Estadual Prof. Francisco Portugal, Centro Educacional Adventista do Augusto Franco, Universidade Tiradentes (UNIT). As Escolas Públicas e Municipal há sempre necessidade de passarem por reformas, tendo em vista que em sua maioria possuem estruturas antigas e com precárias condições de conservação.

A Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) informa alguns serviços públicos oferecidos no bairro: o transporte público na cidade é feito por ônibus, operado por três grupos: Viação tropical, Viação Halley, Viação modelo e atalaia transportes, cujo, ônibus interligam os municípios da região metropolitana: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos coqueiros. Estes serviços são oferecidos pelo sistema integrado metropolitano e pelo sistema integrado de transportes, tendo como gestor dos serviços a (SMTT) superintendência municipal de transporte e trânsito de Aracaju, órgão municipal regulador e fiscalizado, o bairro possui 06 (seis) linhas, todas são acessíveis a comunidade, tendo em vista que as regiões de difícil acesso já possuem transportes que atendem a esta demanda.

De modo geral, o Bairro Farolândia possui rede de saneamento básico, rede de esgoto juntamente a uma concessionária de água, possui ainda rede de energia, coleta de lixo comum e seletiva. O bairro encontra-se pavimentado em uma grande parte.

No bairro existem vários comércios de pequeno e médio porte particulares, clínicas laboratoriais, igrejas, lojas comerciais, farmácias entre outros, conta também com um mercado Augusto Franco situado na Avenida José Joaquim Valença, s/n°. Bairro Augusto Franco, com a Universidade Tiradentes (UNIT), o crescimento do bairro é visível, atraindo assim novos investidores, principalmente imobiliários.

Em se tratando de alguns serviços públicos, a segurança do bairro Farolândia, contam com vários serviços de segurança, cercas elétricas, serviços de vigilância terceirizado o do centro integrado de operações políticas (CIOSP) que presta o atendimento de urgência da polícia militar e corpo de bombeiros.

A Farolândia ganhou fama de bairro dos estudantes por ter a rotina dos seus moradores e do comércio local guiada pela rotina da maior universidade particular do Estado instalada em seu território. Mas apesar das benfeitorias que está proporciona e dos avanços estruturais que o bairro teve ao longo desses 54 anos, os problemas também se multiplicam, em especial

quando o assunto é segurança. Segundo os moradores, este é o principal problema que aflige a comunidade, mediante levantamento de dados e observação da comunidade, percebem-se algumas fragilidades, que não só está presente no bairro Farolândia, mais em todo Estado de Sergipe, como: Assalto constante e crescente uso de substâncias psicoativas, por parte dos jovens, na atual conjuntura.

Segundo pesquisa realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Antônio Valença Rollemberg, identifica que o bairro Farolândia, tem o grau de vulnerabilidade social mediano, sendo necessário desenvolver programas como o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) e Bolsa Escola, dando atenção integrada às Famílias que estão em situações de vulnerabilidade na linha da pobreza. Não sendo possível identificar a demanda reprimida dos programas, como também a quantidade de habitantes deste bairro que são beneficiados pelo BPC.

A realidade dos jovens e famílias do bairro, não é diferente da maioria dos jovens de Aracaju ou do país, identificada também nas demandas do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS) da Universidade Tiradentes (UNIT), que recebe alunos, com interferência no desempenho estudantil, devido a fatores de vulnerabilidade, ampliada por uma política social fragmentada, com programas focalizados, sem clara definição, que banaliza o humano em sua totalidade. Problemática essa detectada inicialmente com alunos do Programa Universidade para Todos (PROUNI), provocou assim uma inquietação na estagiária de serviço social no período de estágio I, no sentido de encontrar estratégias, para minimizar os aspectos descritos.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

3.1 Abrangência

Esse tópico faz-se necessário identificar a política setorial do espaço institucional em que a autora realizou o estágio II, devido a mudança de campo, por interesse da estagiária em desenvolver uma proposta de intervenção no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a fim de contribuir com a unidade pública de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados no município de Capela/SE, sua cidade natal.

O CREAS Foi fundado em Agosto do ano de 2010, sua implantação, funcionamento e a oferta direta dos serviços constituem responsabilidades do poder público local, no caso dos CREAS Regionais, do estado e municípios envolvidos, conforme pactuação de responsabilidades. Devido natureza pública-estatal, não podem ser administrados por organizações de natureza privada sem fins lucrativos. Dada especificidade das situações vivenciadas, os serviços ofertados pelo CREAS não podem sofrer interrupções, seja por questões relativas á alternância da gestão ou qualquer outro motivo.

Os serviços ofertados pelo CREAS: atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: Violência física, psicológica e negligencia; violência sexual: abuso e/ ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido a aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivencia de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do PETI em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, dentre outras.

Para melhor entendimento sobre funcionamento da instituição será feita uma breve análise sobre a política de Assistência no Brasil:

A Política Setorial apresenta uma análise da trajetória da Assistência Social no Brasil. Até 1988, não existia previsão de assistência social ser introduzida como uma política social, logo, a mesma ainda era vista como uma atividade assistencialista e sempre direcionada a indivíduos considerados pobres e incapazes. Ainda na mesma década, surgem os movimentos sociais que foram essenciais para finalizar o período ditatorial, período esse caracterizado pela repressão que a sociedade sofria dos militares que estavam no poder, à democracia era ausente

e os direitos sociais inexistentes.

Ministério do Bem-Estar Social promoveu encontros regionais em todo o país para a discussão da Lei Orgânica da Assistência Social, culminando na Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em junho de 1993, em Brasília.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi criada em 7 de dezembro de 1993 para regulamentar todos os direitos sociais que fora aprovado após a constituição federal de 1988. A Lei irá excluir o conselho nacional de serviço social, pois se entende que ainda teria características clientelistas e criará o conselho nacional de assistência social.

A Política de Assistência Social, não termina com a promulgação da LOAS, visto que esta Lei introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais e intergovernamentais, confirmando-se enquanto “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo”. (YASBEK, 2004, p.13)

De acordo com a PNAS na perspectiva do Sistema único de Assistência social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como meios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e as novas concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social.

O serviço de Proteção e atendimento integral á Família (PAIF) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecimento a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

A Proteção Social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social para redução e preservação do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (NOB/SUAS 2005, p.90)

O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar

novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. Possuindo os objetivos que são: fortalecimento a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas.

A nova equipe do CREAS hoje é formada por uma Coordenadora, uma Psicóloga, uma Assistente Social, uma Advogada, e duas Auxiliares de Serviços Gerais.

Suas instalações físicas são compatíveis com os serviços nele ofertados, dispondo de ambientes reservados para recepção das Famílias, das Crianças e Adolescentes; atendimento individual e Familiar. Não está tendo ainda a possibilidade da formação de grupos para trabalho e reuniões; atividades orientadas para o desenvolvimento de sociabilidade das Famílias, além das áreas convencionais de serviços.

O objetivo do CREAS é promover a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado e especializado.

Os serviços oferecidos são os de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças, adolescentes; Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com seus direitos Violados; e Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Sendo assim o CREAS deve garantir a todo usuário o direito de ser informado sobre as normas de funcionamento da Unidade e procedimentos que possam ser adotados ao longo do acompanhamento.

No entanto Segundo relatos dos profissionais do CREAS do Município de Capela/SE, por motivo de mudanças administrativas de gestão, não foram encontrados prontuários de atendimento para trabalhar com os usuários da antiga equipe técnica. A nova equipe que esta atuando no momento, iniciou os trabalhos neste ano, após a eleição para prefeito, os atendimentos estão sendo realizados com as famílias que procuram o serviço de forma espontânea ou por denúncias. Não há arquivo em computadores nem impresso de registro dos usuários, dificultando assim o desenvolvimento das atividades e continuidade dos serviços prestados no CREAS, assim detectou-se a problemática no espaço vivencial do estágio supervisionado.

3.2 Resumo

O projeto intitulado “QUEBRA CABEÇA”, parte da demanda encontrada no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) no município de Capela/SE, onde a equipe técnica, ao assumir após a mudança de gestão no ano de 2017, se deparou com a impossibilidade de dar continuidade ao serviço, devido não encontrar nenhum prontuário, nem arquivo no sistema, dos grupos vulneráveis, atrelados a uma política social fragmentada, com programas focalizados, sem definição, que banaliza o humano em sua totalidade, interferindo no atendimento às famílias usuárias do serviço, possibilitando assim trabalhar somente com as demandas espontâneas e denúncias. Problemática essa detectada, que provocou assim uma inquietação na estagiária de serviço social no período de estágio II, no sentido de encontrar estratégias, para minimizar os aspectos descritos, e o alcance do objetivo proposto.

Frente a essa realidade, a intervenção busca viabilizar um conjunto de ações voltadas para facilitar o resgate das famílias usuárias do serviço, através do mapeamento das áreas de maior incidência de violação dos direitos e atualização dos prontuários do SUAS, para organização dos programas e melhoria do atendimento as famílias de forma qualificada.

Palavras-Chaves: Assistência Social. Direitos Violados. Levantamento de dados dos usuários.

3.3 Participantes

Teve como participantes Família e grupos vulneráveis acompanhados no CREAS de Capela/SE.

3.4 Justificativa

O tema abordado e a proposta de intervenção, foram definidos, diante da problemática identificada, e tem a perspectiva da autora em contribuir com o CREAS, em desenvolver estratégia de ação para superar a problemática.

Este projeto será desenvolvido com o propósito de identificar as principais áreas e os tipos de violações na perspectiva de melhorar o fluxo de atendimento, buscando alternativas para melhoria de condições de vida dos usuários de maneira digna, enaltecendo a melhor forma de lidar no processo de violação dos direitos, para a valorização dos mesmos, orientando, a equipe multidisciplinar, incentivando à ação, levando-os à conscientização e

convivência com a questão social.

Os aspectos descritos motivaram a escolha, da proposta de intervenção em realizar o trabalho de mapeamento para identificar as áreas de maior incidência de violência e violação de direitos do público-alvo, com coleta de dados e organização do serviço, sistematizando assim a ação, reconhecendo a importância do papel da instituição, no fortalecimento dos laços de aproximação e cuidado, para com esse determinado usuário, atendido no CREAS.

3.5 Objetivos

3.5.1 Objetivo Geral

Realizar coleta de dados dos usuários acompanhados no CREAS, na perspectiva de preencher e atualizar os prontuários do SUAS de cada família.

3.5.2 Objetivos específicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
Mapear as áreas de maior incidência de violação de direitos;	Será executado através, de observação dos encaminhamentos recebidos pelo CRAS e Ministério Público, durante visita domiciliar, acolhimento das demandas espontânea e denuncia,	Espera-se organização do fluxo de serviço e detectar os principais tipos de violência e violação de direitos, para melhoria e agilidade no atendimento aos grupos vulneráveis.
Criar o perfil social dos usuários;	A ação será executada durante visita domiciliar e no CREAS no momento do acolhimento e preenchimento do SUAS	Espera-se da ação maior aproximação da problemática, e coleta de dados para futuras intervenções.
Realizar busca ativa dos usuários.	A ação será executada através de visita domiciliar, com escuta qualificada, acolhimento dos usuários no CREAS.	Espera-se da ação, maior aproximação do sujeito vulnerável, fazendo com que se sintam acolhidos e protegidos de forma humanizada.

3.6 Metodologia

Através desta proposta de intervenção a Estagiária de serviço de social do CREAS Capela/SE, desenvolverá ações que possibilitem à participação da equipe técnica, na questão

identificada, abertura de possibilidades, estimulando a construção de alternativas conjuntamente, busca ativa, mapeamento das áreas de incidência, para coleta de dados e organização dos prontuários dos usuários do serviço.

Conversar com a equipe multidisciplinar para apresentar o projeto; debatendo sobre as possibilidades do alcance do objetivo da intervenção;

Mapear áreas de incidência de violência e violação dos direitos, observando as demandas recebidas, seja por encaminhamentos, demanda espontâneo, e/ou denúncias.

Realizar busca ativa, através de visita domiciliar, realizando coleta de dados, relatórios, através de entrevista e escuta qualificada;

Digitar os relatórios e prontuários em planilhas de acompanhamentos, alimentando dados no sistema do SUAS;

Avaliar de forma contínua e processual, enfatizando a elaboração, o acompanhamento, o controle e a execução das ações do projeto, a fim de perceber sua eficácia e efetividade.

As ações serão realizadas em três etapas:

A 1ª etapa da ação: Reunião com a equipe técnica do CREAS, para descentralização da demanda encontrada, com o propósito de mobilizar a equipe técnica para reorganização, melhora dos fluxos na perspectiva do resgate das famílias atendidas e as demandas espontâneas dos usuários com violações de direitos.

Já 2ª etapa: Será realizada busca ativa para coletar dados dos usuários do serviço, com levantamento do quantitativo e o perfil social, através de visita domiciliar e encaminhamentos recebidos, para aproximação da problemática identificada.

Posteriormente, será organizado novos prontuários e pastas com relatórios de cada atendimento, por conseguinte, alimentado no sistema, separando por caso, tipo de violação, sexo, idade, para assim mapear as áreas de maior incidência de violação de direitos, e por conseguinte, atender da melhor forma possível cada família, ou grupos vulneráveis que ali buscar ou necessitar de atendimento.

3.7 Equipe de trabalho

Nome	Função no projeto	Formação Profissional
Martta Ramos, Glecia e Isi Raiany.	Mapear as áreas de incidência e violação, coletar dados do perfil social dos usuários, acolher e realizar a escuta qualificada.	Assistente Social, Psicóloga, Advogada e Estagiária de Serviço Social.
Isi Raiany	Organizar prontuários e digitar dados no sistema do SUAS.	Estagiária do 7º período do curso de Serviço Social

3.8 Divulgação do projeto

Planejamento das atividades de divulgação		
Instrumentos	Objetivos	Data
Reunião	Convidar e informar sobre a ação que será realizada	24/04/2017

3.9 Interação do Projeto com outras Políticas Públicas

Os serviços oferecidos são os de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças, adolescentes; Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com seus direitos Violados; e Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Estes serviços funcionam em estreita articulação com os demais serviços da proteção social básica e da especial, com as demais políticas públicas, da saúde, educação e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

3.10 Orçamento

Será disponibilizado com os principais parceiros:

Nome do parceiro	Tipo de contribuição
Prefeitura Municipal de Capela	Disponibilidade de carro para visita domiciliar
Equipe do CRAS/Capela	Disponibilidade de tempo para troca de informações e conversas sobre as áreas de incidência e encaminhamentos de usuários.

3.11 Avaliação

Ocorreu de forma contínua e processual conforme quadro abaixo:

Objetivos Específicos	Indicadores	Formas de coleta de dados	Período
Coleta de dados	Quantitativo	Prontuários organizados, e preenchimento de dados no SUAS	Janeiro À Junho 2017

4 SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO

A intervenção realizada buscou viabilizar um conjunto de ações voltadas para facilitar o resgate das famílias usuárias do serviço, através do mapeamento das áreas de maior incidência de violação dos direitos e atualização dos prontuários do SUAS, para organização dos programas e melhoria do atendimento as famílias de forma qualificada.

Portanto se fez necessário um trabalho com a equipe técnica do CREAS, que descentralizou a demanda encontrada, reuniu-se com a equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a partir da coleta de dados dos usuários do serviço, foi realizada visita domiciliar, e assim organizado novos prontuários, pastas com relatórios de cada atendimento, posteriormente, alimentado no sistema, separando por caso, tipo de violação, sexo, idade, para assim atender da melhor forma possível cada família, que ali buscar ou necessitar de atendimento.

Foi realizado levantamento do quantitativo e o perfil social dos usuários do serviço, para meio de aproximação da problemática identificada, além de mobilizar a equipe técnica para reorganização, melhorar fluxos de serviços, na perspectiva do resgate das famílias atendidas e as demandas espontâneas dos usuários com violações de direitos.

5 ANÁLISE E SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

O Estágio supervisionado I e II foi realizado em espaços sócios ocupacionais diferentes, o Estágio I, no Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPPS) da Universidade Tiradentes (UNIT); e o estágio II no Conselho Regional de Assistência Social (CREAS) de Capela/SE, essa mudança ocorreu devido a questão de deslocamento de cidades para ser realizado o estágio, além de interesse da autora em contribuir com a equipe do CREAS de Capela/SE, cidade onde reside, e ter a oportunidade de conhecimento de outra instituição e suas problemáticas, para enriquecimento do estágio e carreira profissional da autora.

No período de transição dos campos de estágio, foi observado como as demandas e problemáticas de cada espaço ocupacional são diferentes, ao mesmo tempo com a mesma essência de resgate e oferta de serviços para o ser social, fragilizados pela falta de políticas sociais consistentes, compromisso dos profissionais e enfrentamento da questão social dentro de um sistema público capitalista, exigindo assim do Assistente Social, competência e criatividade na execução do seu papel de mediador nas demandas encontradas no seu cotidiano.

A mudança de campo do estágio supervisionado foi muito enriquecedora, toda aprendizagem teórica no Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS) onde foi realizado a primeira experiência de estágio, e no CREAS no estágio supervisionado II, observando as dificuldades, buscando sempre o conhecimento de como trabalhar com as problemáticas no cotidiano profissional, que reflete no social e na prática do Assistente Social.

Para que não haja retrocessos, faz-se necessário, aproximar-se e apreender as mais variadas expressões da questão social e ter sempre em mente, os parâmetros da profissão, o projeto ético-político, avançando de forma competente, através da prevenção e da educação, indo além da ação emergencial.

Durante o período vivencial, entre teoria e prática do estágio, detectou-se que não é o espaço de trabalho que determinará o profissional como mediador e sim a postura desse profissional, mostrada através da experiência das supervisoras de campo, a Assistente Social, Kátia Maria Araújo, Coordenadora do NAPPS, e também com a Assistente Social, Martha Ramos Moura, Supervisoras de campo no CREAS, ambas demonstraram estarem comprometidas com o projeto ético político da profissão, preocupando-se com o ser social em sua totalidade, executando a escuta qualificada, intervindo de forma criativa, assegurando os direitos sociais, para a transformação da realidade do sujeito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no estágio I e II foi de extrema importância para o crescimento intelectual e aproximação do ser social. Sendo assim, o contato com o usuário dos serviços, tanto no NAPPS, quanto no CREAS levou a autora a observar, refletir e sentir de perto, essa questão social, quebrando preconceitos e estímulo em acolher de forma humanizada o sujeito, buscando ouvi-lo de forma qualificada, a partir daí, houve uma inquietação na busca de alternativas para minimizar os conflitos e anseios dos usuários, que sofrem na falta de informação do direito, bem como fragilidade de vínculo institucional, barreira de acesso, resgate, pesquisa e orientação contra a exclusão social. Os aspectos descritos, e diagnóstico realizado, revelaram a importância de desenvolver um projeto de intervenção no, com intuito de trazer em foco o problema abordado, e assim incentivar à mudança de postura e o interesse de cada profissional na cooperação de um novo olhar em favor dessa população, garantindo assim um atendimento de qualidade aos usuários, resgatando os seus direitos violados, para que ocupem o seu espaço na família e, por conseguinte na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRUINI. Eliane da Costa. "**Educação no Brasil**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acessado em 10 de novembro de 2016

Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Seção que pactua **a educação como direito de todos**. capítulo da educação, da cultura e do desporto seção I da educação Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acessado em 03 de NOV. 2016.

DERMIVAL. Saviani, **A nova lei da Educação. LDB** 10º edição. Ed. Autores Associados, 1944, São Paulo.

MENDONÇA. Jouberto Uchôa de. Universidade Tiradentes do ginásio ao superior: 50 anos na educação sergipana (1962-2012) /Jouberto Uchôa de Mendonça, M.sc Maria Lucia Marques Cruz e Silva - Aracaju: Unit, 2012.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (MEC/SEESP, 207, p.4, 10,11) portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf- Acessado em 10 de novembro 2016.

Portal Brasil Escola. Disponível em. <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acessado em 10/11/2016.

Portal Wikipedia. Aracaju/SE. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Aracaju>>. Acessado em 10/11/2016.

Portal da Prefeitura Municipal de Aracaju. Serviços Comércio Ambulante. Disponível em <http://www.aracaju.se.gov.br/index.phpact=leituraServicos&materia=comercio_ambulante>. Acessado em 01/12/2016.

Portal Jornal da cidade. Notícia Bairro abriga imóveis valorizados Disponível em <<http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/69/66608/bairro-abriga-imoveis-valorizados.html>>. Acessado em 01/12/2016.

Portal Senado Federal Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acessado em 05/12/2016.

Portal do MEC. Lei 9394. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acessado em 05/12/2016.

APÊNDICE

Apêndice A: Registros Fotográficos das ações

ESTÁGIO I



Foto: NAPPS/UNIT

ESTÁGIO II



Foto: Faixada do CREAS/Capela/SE



Foto: Coleta de dados dos usuários



Foto: Estagiária organizando os prontuários SUAS



Foto: Digitação do perfil dos usuários



Foto: Realizando busca ativa dos usuários

Apêndice B: Registro das ações

COLETA DE DADOS (CREAS) CAPELA/SE

TIPO DE VIOLAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	SEXO	LOCALIDADE
Abandono	75 à 90 anos	Masculino	Zona Urbana
Abuso	07 à 14 anos	Feminino	Zona Urbana
Drogas e furtos	14 à 17 anos	Masculino	Zona Urbana
Idoso vulnerável	65 à 80 anos	Feminino	Zona urbana/ Rural
Maus tratos	30 à 59 anos	Masculino	Zona Urbana
Medidas soc. Educativa	15 à 20 anos	Masculino	Zona Urbana
Negligencia	07 à 14 anos	Feminino	Zona Rural (Povoado Miranda)
Situação de Riscos	70 à 90 anos	Feminino	Zona urbana
Violência Domestica	18 à 29 anos	Feminino	Zona urbana

ANEXOS



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ROTEIRO DE VISITA DOMICILIAR

Data: ____ / ____ / ____ Horário: _____

I - IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: _____

Apelido: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

NIS: _____

RG: _____

CPF: _____

Nome completo do pai: _____

Nome completo da mãe: _____

Estado civil: ()Solteiro ()Casado ()Separado ()Viúvo ()U. Estável

Profissão: _____ Trabalha: ()Sim ()Não

Renda: _____

Escolaridade: ()Fund. Completo ()Fund. Incompleto. ()Médio completo
 ()Médio Incompleto ()Superior Completo

Endereço: _____

Ponto de referência: _____ Bairro: _____

Telefone para contato: _____

II - OBJETIVO DA VISITA

FICHA DE ACOLHIMENTO

I. IDENTIFICAÇÃO DO(A) USUÁRIO(A)

Nome: _____ Apelido: _____
 Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Sexo: () F () M Raça: _____
 Estado Civil: _____ RG: _____ CPF: _____
 Filiação: _____
 Mãe: _____
 Pai: _____
 Endereço: _____
 Ponto de Referência: _____ Telefone: _____
 Condição de Moradia: () Própria () Alugada () Cedida () Outros _____
 Escolaridade: _____ Situação: _____
 Usuário a ser atendido: _____ Idade: _____ Grau de Parentesco: _____

II. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA OU PROJETO SOCIAL

Família cadastrada no CadÚnico? () Sim () Não N° do NIS do Titular: _____
 Recebe o Bolsa Família? () Sim () Não Valor do Benefício: R\$ _____
 Participa de outro Programa ou Recebe algum Benefício Social?
 () Benefício Eventual R\$ _____ () BPC () PETI () SCFV – 0 a 06 anos
 () Projovem Adolescente () Grupo de Idosos () SCFV – 06 a 15 anos () Outro _____

III. VIOLAÇÃO

() Negligência () Maus Tratos () Violência Física
 () Violência Psicológica () Violência Sexual – Abuso Sexual () Exploração Sexual
 () Estupro () Situação de Rua () Drogadição
 () Trabalho Infantil () Outra(s) _____ () Nenhuma

IV. AUTOR DA VIOLÊNCIA

() Pai () Mãe () Padrasto () Madrasta () Tio () Tia
 () Avô () Avó () Marido () Esposa () Irmão(s) () Irmã(s)
 () Conhecido () Vizinho () Outro _____

V. RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO

() Fórum () Ministério Público () Delegacia () Conselho Tutelar
 () SMS () SME () NASF () PETI
 () CRAS Centro () CRAS Vila Conceição () Outro _____

Travessa Tobias Barreto, 107 – Centro – Capela
 E-mail: creas.capela@hotmail.com

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que fiz a correção ortográfica e gramatical do RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II do (a) aluno (a) **ISI RAIANY NASCIMENTO SANTOS** acadêmicos do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes.

ARACAJU, 06 de junho de 2017

Luciana Oliveira Santos Missano

NOME

Titulação: Licenciatura Letras – Português